

Espaço urbano

A derrubada, com pás e picaretas, por fiscais da Administração de Brasília de uma construção irregular, que foi tocada às presas durante o Carnaval, na 108 Sul, foi apenas mais uma etapa da guerra surda que vem sendo travada entre uma cidade que precisa e quer crescer e uma administração que nunca chega a um acordo sobre a regulamentação do uso ou de construções em áreas públicas. Ninguém pode ser contra a atitude da fiscalização — aliás, saudada com palmas pelos moradores das redondezas —, mas é preciso ter em mente que as construções irregulares têm sido a maneira que os comerciantes da capital da República encontraram para tentar superar o problema quase insolúvel da falta de espaço nas quadras comerciais. Está certo que o Governo do Distrito Federal derrube as construções irregulares, mas é preciso que, com a mesma presteza, se chegue a um consenso sobre o uso do espaço pelas empresas comerciais.

A verdade é que centenas ou milhares de comerciantes avançaram em áreas públicas por toda a cidade de Brasília. Enquanto as autoridades não decidem como regularizar o que já existe ou determinar o que pode ser feito no futuro, esses “invasores de luxo” nada pagam de impostos. De qualquer forma, quando se discute esse assunto, o mais importante é ter em mente que uma cidade é um organismo vivo, que cresce sem parar e que pode rebelar-se contra a prancheta de seus criadores. Em suma, é preciso ordenar a ocupação desses espaços e não mais simplesmente reprimir os que se rebelam contra a situação.

Se o problema do espaço é tremendo para os comerciantes, bem pior é para os particulares. Durante sucessivas administrações, os governantes de Brasília nada fizeram para resolver o gravíssimo problema da falta de locais para a construção de moradias pa-

ra a classe média ou para os mais pobres. A resposta, é claro, veio através da criatividade popular: surgiram, às centenas, os chamados condomínios rurais, uma forma de burlar a rígida legislação sobre solo urbano. Hoje, há milhares de pessoas morando em tais condomínios e, aparentemente, o Governo terá de regulamentá-los, a todos ou a maioria. Os condomínios foram a resposta da classe média a um mercado imobiliário que é o mais elitista do País. Hoje, para construir regularmente uma casa, um brasileiro precisa de, no mínimo, cerca de US\$ 50 mil para comprar um terreno, dos menores, no Lago Norte. É importante lembrar também que a falta de espaço é um grande problema do fortíssimo comércio de Taguatinga, já que na rua principal as construções são de apenas um andar, quando deveriam dar espaço a edifícios.

Todos esses fatos nos levam a concluir que nada é mais urgente que a regulamentação tanto dos condomínios quanto do uso do espaço nas quadras comerciais. Enquanto isso não se dá, os cofres distritais perdem recursos preciosos, que viriam da cobrança de impostos, e a população se mantém em sossalto. De outro lado, é preciso ter em mente que a falta de moradias é um dos mais graves problemas deste País, como está mostrando a Campanha da Fraternidade deste ano.

O que a população de Brasília espera é que o governador Joaquim Roriz — que se mostrou sensível a este problema, com a concessão de lotes urbanizados a milhares de pessoas que pagavam aluguéis absurdos em casas de fundo de quintal, e que se propõe a minorar as agruras da classe média com o erguimento de Águas Claras — se engaje também na solução da regulamentação do uso dos espaços públicos em áreas comerciais.